

# **REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS (MARÇO 2007) SOBRE O SEGURO DE DANO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002**

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Doutor Honoris Causa pela UERN, Titular da Cadeira n. 1 da Academia Brasileira de Direito Tributário, sediada em São Paulo*

Palestrante: Ministro José Augusto Delgado<sup>1</sup>

## **1 INTRODUÇÃO – ASPECTOS DOUTRINÁRIOS SOBRE O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O SEGURO DE DANO**

O Código Civil de 2002 regula o contrato de seguro (negócio jurídico bilateral), em sua Parte Especial, nos arts. 757 a 802, que compõem o Capítulo XV (Do Seguro), do Título VI (Das Várias Espécies de Contrato) que integra o Livro I (Do Direito das Obrigações).

Diferentemente do sistema adotado pelo Código Civil de 1916, o disciplinamento do contrato de seguro está dividido em três Seções, a saber: a) a Seção I, composta pelos arts. 757 a 777, que fixa as disposições gerais a serem aplicadas ao seguro de dano e ao seguro de pessoa; b) a Seção II, composta pelos arts. 778 a 788, que regula, de modo específico, o seguro de pessoa; e c) a Seção III, constituída pelos arts. 789 a 802, destinada, unicamente, ao regramento do seguro de pessoa.

---

<sup>1</sup> Titular da Cadeira n. 19 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, sediada no Rio de Janeiro. Professor de Direito Público (Administrativo, Tributário e Processual Civil). Professor UFRN (aposentado). Ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Convidado do Curso de Especialização em Direito Processual Civil do CEUBDF. Sócio-Honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário. Sócio Benemérito do Instituto Nacional de Direito Público. Conselheiro Consultivo do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Integrante do Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional do Direito Penal Militar e Direito Humanitário. Sócio-Honorário do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos. Sócio da Associação Brasileira de Direito Tributário.

As reflexões desenvolvidas no presente trabalho estão voltadas, unicamente, para o seguro de dano e o tratamento que lhe deu o Código Civil de 2002.

O pensamento jurídico brasileiro, via doutrina e jurisprudência, tem desenvolvido considerável esforço para implantar, após a vigência do Código Civil de 2002, uma compreensão sobre a estrutura legal contemporânea do contrato de seguro de dano que gera segurança para as seguradoras, segurados e corretores, agentes envolvidos e beneficiários diretos pela consumação desse tipo de negócio jurídico, considerado de natureza fundamental para o resguardo do patrimônio quando atingido em sua integridade pelos efeitos de ações decorrentes da natureza ou do ser humano.

Cuidando, especificamente, da formatação do contrato de seguro de dano pelo Código Civil de 2002, abrimos espaço para registrar a construção doutrinária ora em evolução, graças à contribuição dos autores seguintes:

a) Juliana Cordeiro de Faria, Mestra e Doutora em Direito Civil, Professora Adjunta de Processo Civil, da UFMG, advogada, em artigo intitulado "*O Código Civil de 2002 e o novo paradigma de Seguro de Responsabilidade Civil: a viabilidade do direito de ação da vítima contra a seguradora*", publicado na obra coletiva **IV Fórum de Direito do Seguro José Sollerio Filho**, edição do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, p. 369-408, defende:

a.1) a existência de um novo paradigma, no Código Civil de 2002, a respeito do seguro facultativo de responsabilidade civil, rompendo-se com o modelo do Código Civil de 1916;

a.2) o Código Civil de 2002 atribuiu ao seguro facultativo de responsabilidade uma função de garantia;

a.3) *Considerando-se o novo paradigma contratual, à vítima não se pode negar o direito de demandar simultaneamente segurado e seguradora. O que se veda, no seguro facultativo, é o racionamento direto da seguradora para a exceção da garantia sem que, pré-via ou simultaneamente, seja acertada a relação garantida, aí residindo a principal distinção do regime do seguro obrigatório.*

b) Miguel Reale Júnior, Doutor em Direito e Professor Titular da Faculdade de Direito da USP, ex-Ministro da Justiça, em artigo publicado na obra **III Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho**, examina, com profundidade, em artigo intitulado "Função Social do Contrato: Integração das Normas do Capítulo XV com os Princípios e as Cláusulas Gerais", a significação que o contrato de seguro tem para que o interesse geral seja atendido.

Afirma, conclusivamente, o autor acima citado:

*No contrato de seguro, a relação entre o segurado e a seguradora é permeada por uma solidariedade impositiva, ou seja, podemos dizer que estamos sendo solidários por má-fé, mas estamos sendo solidários, temos que ser solidários em um mundo sem solidariedade. Há o medo. Há o risco.*

c) O princípio da boa-fé no contrato de seguro, por força do que dispõe o art. 765 do nCC ("*O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes*") tem sido motivo de análise por grande parte da doutrina.

Na obra **III Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho**, edição do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, Judith Martins-Costa, em artigo intitulado "A boa-fé e o seguro no Código Civil Brasileiro (virtualidades da boa-fé como regra e como cláusula geral), p. 57-101, aponta os avanços do novo Código Civil ao valorizar esse mencionado princípio, lembrando que ele gera, na celebração do negócio jurídico, as consequências seguintes:

i) deveres de informação, pela seguradora e pelo segurado, do modo mais minucioso possível, *"cabendo à seguradora, por exemplo, informar o segurado da existência de cláusulas de exclusão do benefício, ou prestar informações detalhadas do contrato de seguro médico ao interessado"* (ob. cit., p. 67);

ii) dever de lealdade, *"traduzido no dever de colaborar para a fiel execução do pactuado, segundo o espírito e a natureza do contrato, ou para evitar dano do contratante, ou, ainda, impedir a majoração do dano sofrido"* (ob. cit, p. 67);

iii) *"o dever de atender às justas expectativas do segurado à vista da natureza e da função social do contrato"* (ob. cit., p. 69);

iv) atuação da boa-fé com a

*função de limite ao exercício de direitos subjetivos e formativos, tendo relevantíssimo papel na concretização das hipóteses de abuso que, no Código de Defesa do Consumidor, têm como efeito a nulidade do pactuado* (ob, cit, p. 70);

v) atuar como cânone hermenêutico e integrativo (nesta última função serve a boa-fé para apurar o sentido de cláusula contratual obscura);

vi) ser a boa-fé fonte de deveres de lealdade, informação, veracidade e consideração (arts. 765 e 766).

No referente ao princípio da boa-fé nos contratos de seguro, defende Judith Martins-Costa, ob. cit., que há de o intérprete ter como linha de comportamento, quando em face de um negócio jurídico de seguro:

i) que a boa-fé do art. 113 do nCC (*"Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração"*) atua como *"cânone de interpretação dos negócios jurídicos"*,

pelo que é, de suma importância para ser fixado, o alcance dos arts. 765 e 766, "*que impõem, ao segurado, o dever pré-contratual de informação e veracidade*";

ii) a necessidade da boa-fé, posta nos arts. 187 e 422 do nCC, ser considerada como regra geral, principiológica, devendo, portanto, em conflito com a regra, ter supremacia.

d) Estudo de grande vulto foi realizado por Ricardo Bechara dos Santos sobre o "Direito de Seguro no Novo Código Civil e Legislação Própria", em obra com o mesmo nome publicada pela Forense. O consagrado autor, no Capítulo I, comenta todos os artigos do novo Código Civil que tem, direta ou indiretamente, relacionamento com o contrato de seguro. Destaca, como de influência importante, os artigos:

a) 157, 317 e 478, que cuidam do equilíbrio econômico das prestações contratuais;

b) 421 e 2.035, parágrafo único, que instituíram a função social do contrato; e

c) o art. 422 que cuida da boa-fé objetiva.

Em síntese, Ricardo Bechara dos Santos, em sua obra, defende que no novo Código Civil:

i) persiste a natureza aleatória do contrato de seguro;

ii) o risco continua sendo o elemento nuclear do contrato de seguro;

iii) o risco deve ser delimitado para se outorgar certeza jurídica à relação contratual e fazer tecnicamente possível a instituição do seguro, que não pode nem deve ser confundida ou tratada como mercadoria comum e corriqueira;

iv) o seguro de dano se aperfeiçoa quando presente, no negócio jurídico

*qualquer interesse lícito, digamos sobre a conservação da coisa, direto ou indireto, por isso que o titular do interesse há de ter um vínculo com o bem segurado, não necessariamente o proprietário, como todos aqueles que a conservação da coisa interna, seja com **animus** de locatário ou arrendatário, de usufruto-rio, de credor hipotecário ou pignoratício, comodatário, fiduciário ou outra relação lícita que seja, como titular do interesse econômico, enfim, sofrerá prejuízo pela produção de um sinistro, daí derivando o princípio indenitário do seguro de dano (ob. cit., p. 22);*

v) não há exigência de que seja motivada a recusa da proposta de seguro pela seguradora, isto é, que especifique os motivos do seu direito de não aceitar o negócio jurídico proposto no prazo que lhe é assinalado (ob. cit., p. 39).

Outros reflexos do Código Civil de 2002 são examinados por Ricardo Bechara dos Santos, na obra referida. Destacamos, apenas, os que nos chamaram maior atenção.

## **2 O NOVO CÓDIGO CIVIL E A PROVA DO CONTRATO DE SEGURO**

O art. 758 do Código Civil de 2002 volta-se para definir como deve ser provada a existência do negócio jurídico denominado seguro.

Eis o teor do referido artigo:

**Art. 758.** *O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete de seguro e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.*

Huiler Magno de Souza, professor da Funeuseg, advogado, em artigo sobre o tema (<http://www.segs.com.br/index.efme?fu seaction-ver&coo=4040>), entende que o art. 758 do Código Civil de 2002, irá gerar muitas controvérsias. São suas as afirmações no sentido de que:

*A prova da contratação do Seguro, segundo consta na norma, será pela via de demonstração da apólice, do bilhete, naqueles casos específicos que a lei determina, como no caso do Seguro Residencial e até mesmo o próprio DPVAT, ou ainda se comprova a realização do seguro através do documento que prove o pagamento do prêmio.*

*Portanto, aquilo que era prática mais que usual do Segurador, mormente nos Seguros de Veículos, de se cobrar a primeira parcela do prêmio no momento da contratação e até mesmo antes da vistoria, tem agora consequência relevante no mundo jurídico, posto que servirá de prova concreta da efetiva contratação do Seguro, repita-se, mesmo se ainda dentro do prazo de 15 dias que a Seguradora dispõe para análise do Risco.*

*Entendo que, caso haja a cobrança antecipada do prêmio, como vem inúmeras vezes ocorrendo, o segurador adota prática semelhante ao da renúncia do prazo de 15 dias, de forma que a cobertura se dá de forma imediata, mesmo que ainda não tenha sido realizada a vistoria. Para que isto não ocorra, é necessário que, nos recibos e propostas, constem expressamente que o Seguro só terá vigência após a comprovação da vistoria que atestará o bom estado de conservação do veículo.*

*Deverá ainda constar que, se no momento da vistoria, se o veículo estiver sinistrado ou com avarias, o prêmio será devolvido ao cliente e o mesmo ainda arcará com a taxa de vistoria.*

*Pelo visto, a norma ainda gerará muitas controvérsias, principalmente naqueles casos em que, antes da vistoria, mas após o recebimento da 01ª parcela do prêmio, ocorra o Sinistro.*

*Esperamos e ficaremos na expectativa de que os nossos tribunais possam adotar interpretação que não venha a prejudicar os Segurados, o que atingiria também o profissional corretor de Seguros.*

É de ser registrado que o Código Civil de 1916 não continha qualquer regra disciplinando a forma de ser provada a existência do contrato de seguro.

A introdução do art. 758 no Código Civil de 2002, além de regular como e por quais meios documentais o contrato de seguro deve

ser provado, determina, de modo muito claro, que esse tipo de negócio jurídico não tem existência, validade e eficácia se for constituído de forma verbal.

Há de se registrar, ainda, que a disciplina do art. 758 cm comento atua harmonicamente com o art. 227 do mesmo Código-Civil, quando afirma:

**Art. 227.** *Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.*

Temos anotado, ao interpretar o art. 258 em questão, que os seus ditames não são de natureza absoluta. Por essa razão, a seguradora, por exemplo, em caso de extravio dos documentos enumerados no art. 758 (apólice, bilhete de seguro ou comprovação de pagamento do prêmio devido), pode confessar a existência do contrato de seguro por via de escritura particular ou pública, de acordo com o permitido pelos arts. 212, 215 e 221, do Código Civil de 2002.

### **3 A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES AUTORIZADOS PELA ENTIDADE SEGURADORA. NOVA CONCEPÇÃO PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ART. 775)**

A doutrina que analisou o Código Civil de 1916 reconhecia que a situação jurídica do agente de seguro não estava definida na lei e, conseqüentemente, a sua responsabilidade.

Esse panorama foi modificado pelo Código Civil de 2002 ao determinar, no art. 775, que "*os agentes autorizados do segurador presumem-se seus representantes para todos os atos relativos aos contratos que agenciarem*".



A mencionada inovação há de ser analisada como fazendo parte de um contexto chamado de corretagem de seguro, trabalho a ser prestado pelo corretor de seguro. Este pratica ato de intermediação entre o segurador e o pretense segurado ou segurado propriamente dito. A profissão de corretor de seguros está regulamentada pela Lei 4.594, de 29.12.1964.

O corretor de seguros, chamado de agente autorizado do segurador, considerado, por presunção, representante daquele, responde civilmente perante os segurados e as sociedades seguradoras pelos prejuízos que causar, por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão.

#### **4 SINISTRO PARCIAL E POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO. INFRA-SEGURO**

O sistema legal existente antes do Código Civil de 2002 não dispunha de nenhuma regra sobre a possibilidade de, em caso de sinistro parcial, ser reduzida proporcionalmente a indenização.

O Código Civil de 2002, em seu art. 783, regulou essa situação, dispondo:

**Art. 783.** *Salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha acarreta a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.*

Depreende-se, da mensagem legislativa supra, que o Código Civil de 2002 adotou a regra de que o segurador deve pagar a indenização de modo proporcional, em caso de sinistro parcial, quando no contrato existir cláusula fixando o valor do interesse por menos do que o valha. Exige-se, também, que o sinistro não tenha produzido dano total ao bem.

Temos defendido que, para se fazer valer o disposto no art. 783 do Código Civil de 2002, a denominada regra de proporcionalidade do valor de indenização, deve existir cláusula expressa com bastante clareza

no contrato, bem como, se for possível, a fixação, desde logo, dos limites percentuais máximos e mínimos que servirão de base para ser encontrado o capital a ser pago ao segurado.

Visualizamos no art. 783 do Código Civil de 2002 a instituição do que a doutrina denomina de infra-seguro. Este, segundo ensinamento de Antígono Donati (**Los Seguros Privados – Manual de Derecho**, p. 239) ocorre "*quando a soma segurada é inferior ao valor do interesse, tanto se vem fixado em cifras absolutas, como já fixado por um percentual de valor*".

A Lei de Seguros 17.418, de 30.08.1967, da Argentina, em seu art. 65, segunda parte, cuida do infra-seguro, ao determinar:

**Art 65.** *Se o valor assegurado é inferior ao valor segurável, o segurador só indenizará o dano na proporção que resulte de ambos valores, salvo pacto em contrário.*

Na Venezuela, pelo art. 62 do Decreto com força de Lei 1.505, de 30.10.2001, há, também, proteção legal para o infra-seguro.

O artigo venezuelano referido tem a redação seguinte:

**Art. 62.** *Se a soma segurada só cobre uma parte do valor da coisa segurada no momento do sinistro, a indenização se pagará, salvo convenção em contrário, na proporção existente entre a soma segurada e o valor da coisa segurada no fecho do sinistro.*

*Se a apólice não contém designação expressa da soma segurada, se entende que a empresa de seguros se obriga a indenizar a perda do dano, até a concorrência do valor do bem segurado no momento do sinistro.*

Igual contemplação ao infra-seguro existe na legislação francesa (art. 31 do seu Código de Seguros) e em Portugal (art. 433, do seu Código Comercial).

Lembramos, por último, que o ajuste entre segurador e segurado sobre a adoção do infra-seguro, deve ser clausulado do modo mais claro possível, para evitar atrito entre partes.

Não há mais razão, em face da vigência do art. 783 do Código Civil de 2002, de persistir resistência jurisprudencial que não admitia, na maioria dos casos, a validade do infra-seguro.

## **5 O RECONHECIMENTO DA SUB-ROGAÇÃO EM FAVOR DO SEGURADOR NOS DIREITOS E AÇÕES DO SEGURADO**

O exame do Código Civil de 1916 revela que, em seu corpo, não foi outorgado ao segurador, o direito de sub-rogação.

Não obstante essa omissão no Código Civil revogado, a doutrina e a jurisprudência, atentas aos reflexos do sistema jurídico adotado pelo Brasil para regular as relações de direito privado, reconheciam que as entidades seguradoras tinham garantido a sub-rogação em seu favor, nos direitos e ações do segurado, por terem efetuado o pagamento da indenização. Em consequência, havia autorização doutrinária e jurisprudencial permitindo ao segurador investir contra o responsável pelo sinistro, a fim de reaver a importância desembolsada.

A sub-rogação, nos termos acima sinalizados, foi sumulada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme verbete n. 188: "*O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano pelo que efetivamente pagou, até o limite máximo previsto no contrato de seguro*".

O pensamento jurídico sumulado sobre sub-rogação no ambiente do contrato de seguro foi, definitivamente, acatado pelo Código Civil de 2002. Este dispõe em seu art. 786:

**Art. 786.** *Paga a indenização, o segurador sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano.*

**§ 1º** *Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do segurado, seus descendentes ou ascendentes, consangüíneos ou afins.*

**§ 2º** *E ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este artigo.*

Entendemos que, a partir da vigência do art. 786 do Código Civil de 2002, deixaram de existir dúvidas sobre o direito do segurador à sub-rogação, nos limites definidos pela referida norma positiva.

Alguns questionamentos, contudo, necessitam ser esclarecidos sobre o assunto.

Lembramos que permanece discussão sobre existir ou não direito de sub-rogação no caso de ter ocorrido acordo extrajudicial entre o segurado e o causador do dano.

O Superior Tribunal de Justiça, no REsp. 127.656, do Distrito Federal, firmou entendimento, com base em precedentes, no sentido de que, na hipótese destacada, inexistente sub-rogação.

A ementa do acórdão citado proclama:

**Seguro. Acidente de trânsito. Acordo extrajudicial celebrado entre o segurado e o causador do dano.** *Sub-rogação inexistente. Se o segurado (primitivo credor) não poderia mais demandar contra o causador do dano, em razão de acordo extrajudicial celebrado entre ambos, com plena e geral quitação, não há falar em sub-rogação, ante a ausência do direito a ser transmitido. Precedentes do STJ.*

O Código Civil de 2002, ao adotar, expressamente, o direito de sub-rogação ao segurador, seguiu a linha contemporânea, em igual sentido, do direito estrangeiro.

A Itália, no art. 1.916 de seu Código Civil, dispõe:

*O segurador que pagar a indenização ficará sub-rogado, até o montante da importância dela, nos direitos do segurado em relação a terceiros responsáveis.*

*Salvo o caso de dolo, a sub-rogação não tem lugar se o prejuízo for causado por filhos, por perfilhados, por ascendentes ou por afins do segurado, convivendo efetivamente com ele ou por ele criados. O segurado fica responsável, ante o segurador, pelo prejuízo causado ao direito de sub-rogação.*

*As disposições deste artigo aplicam-se mesmo aos seguros contra acidentes de trabalho e contra acidentes em geral.*

A Lei de Seguros da Argentina, de n. 17.418, de 30.08.1967, no art. 80, disciplina, também, a sub-rogação. Eis o seu teor:

**Art. 80.** *Os direitos que correspondem ao segurado contra um terceiro, em razão do sinistro, se transferem ao segurador até o montante da indenização abonada. O segurado é responsável por todo ato que prejudique este direito do segurador.*

A Espanha, no art. 43 da Lei 50, de 08.10.1980, cuida do direito de sub-rogação do segurador, assim determinando:

*El asegurador, una vez pagada la indemnización, podrá ejercitar los derechos y las acciones que por razón del siniestro correspondieran al asegurado frente a las personas responsables del mismo, hasta el límite de la indemnización. El asegurador no podrá ejercitar en perjuicio del asegurado los derechos en que se haya subrogado. El asegurado será responsable de los perjuicios que, con sus actos u omisiones, pueda causar al asegurador en su derecho a subrogarse.*

*El asegurador no tendrá derecho a la subrogación contra ninguna de las personas cuyos actos u omisiones de origen a responsabilidad del asegurado. de acuerdo con la ley, ni contra el causante del siniestro que sea, respecto del asegurado, pariente en línea directa o colateral dentro del tercer grado civil de consaguinidad, pobre adoptante o hijo adoptivo que convivan con el asegurado. Pero esta norma no tendrá efecto si la responsabilidad proviene de dolo o si la responsabilidad está amparada mediante un contrato de seguro. En ese último*

*supuesto. la subrogación estará limitada en su alcance de acuerdo con los términos de dicho contrato. En caso de concurrencia de asegurador y asegurado frente a tercero responsable, el recobro obtenido se repartirá entre ambos en proporción a su respectivo interés.*

## **6 A REGULAÇÃO DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

O seguro de responsabilidade civil está tratado no art. 787 do Código Civil de 2002.

O Código Civil de 1916 silenciou a respeito. A redação do art. 787 determina:

**Art. 787.** *Nu seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.*

**§ 1º** *Tão logo saiba o segurado das conseqüências de ato seu, suscetível de lhe acarretar a responsabilidade incluída nu garantia, comunicará o fato ao segurador.*

**§ 2º** *É defeso ao segurado reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, bem como transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, sem anuência expressa do segurador.*

**§ 3º** *Intentada a ação contra o segurado, dará este ciência da lide ao segurador.*

**§ 4º** *Subsistirá a responsabilidade do segurado perante o terceiro, se o segurador for insolvente.*

O seguro de responsabilidade civil, embora não previsto no Código Civil de 1916, tinha, contudo, regulamentação específica em nosso ordenamento jurídico, a saber:

a) Dec.-lei 73, de 21.11.1966, art. 20, que torna obrigatórios os seguintes seguros de responsabilidade civil:

a.1) o de danos pessoais a passageiros de aeronaves comerciais;

a.2) do proprietário de aeronaves e do transportador aéreo;

a.3) do construtor de imóveis em zonas urbanas por danos a pessoas ou coisas;

a.4) de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga transportada.

b) a Lei 6.194, de 19.12.1974 alterada pela Lei 8.441, de 13.07.1997, regula o seguro obrigatório de responsabilidade dos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, conhecido pela sigla DPVAT.

c) a Lei 8.374, de 30.12.1991, dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga.

O Código Civil de 2002, em seu art. 787, cuida de reconhecer o seguro de responsabilidade civil como sendo de dano e impõe regras gerais para que ele seja implantado.

Em síntese, o seguro de responsabilidade civil, em nosso ordenamento jurídico, está submetido ao regramento geral seguinte:

a) o segurador assume a obrigação de pagar o valor das perdas e danos apurados e que deviam ter sido pagos pelo segurado a terceiro (vítima);

b) o segurado, tão logo tenha conhecimento das conseqüências de seu ato, isto é, dos prejuízos causados a terceiro, comunicará o fato ao segurador;

c) o segurador torna-se responsável, após ser comunicado da ocorrência do fato e do dano, nos limites do que foi atestado no contrato de seguro;

d) o segurado não pode reconhecer a sua responsabilidade ou confessar a ação; idem transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, sem que o segurador manifeste sua concordância;

e) no caso do segurador tornar-se insolvente, submeterá a responsabilidade do segurado perante o terceiro prejudicado.

Completamos esses apressados registros sobre o seguro de responsabilidade civil, lembrando a existência, ainda, em caráter obrigatório, do:

a) seguro relativo a incêndio e transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas (Decreto 61.687, de 07.12.1967, art. 12);

b) seguro rural obrigatório;

c) seguro de garantia do cumprimento das obrigações do incorporador e construtor de imóveis e de garantia do pagamento a cargo do mutuário (Decreto 61.867, de 07.12.1967, arts. 19 a 21);

d) seguro obrigatório de bens dados em garantia ou empréstimos ou financiamento de instituições financeiras públicas (Decreto 61.867, de 07.12.1967, art. 20);

e) seguro obrigatório de edifícios divididos em unidades autônomas (Lei 7.591, de 16.12.1967, art. 13, c.c. o CC/2002, art. 1.346);

f) seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário em viagem internacional (Circular Susepe 171, de 22.11.2001);

g) seguro obrigatório de crédito à exportação (Decreto 61.867, de 07.12.1967, arts. 24 e 27), em c.c. as Leis 4.678, de 16.06.1965 e 6.704, de 26.10.1979);



h) seguro obrigatório de transporte multimodal (utiliza duas ou mais modalidades de transporte) (Lei 9.611, de 19.02.1988, regulamentada pelo Decreto 3.411, de 12.04.2000).

## **7 DISPOSITIVOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 SOBRE SEGUROS QUE INEXISTIAM NO CÓDIGO CIVIL DE 1916**

Passemos, agora, no final deste trabalho, a relacionar, sem qualquer comentário, os dispositivos legais que estão no Código Civil de 2002 e que inexistiam no Código Civil de 1916. São, portanto, os artigos que inovaram, profundamente, a disciplina do seguro de dano em nosso ordenamento jurídico.

Ei-los:

a) **Art. 759.** *A emissão da apólice deverá ser precedida de proposta escrita com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco.*

b) **Art. 761.** *Quando o risco for assumido em co-seguro, a apólice indicará o segurador que administrará o contrato e representará os demais, para todos os seus efeitos.*

c) **Art. 770.** *Salvo disposição em contrário, a diminuição do risco no curso do contrato não acarreta a redução do prêmio estipulado; mas, se a redução do risco for considerável, o segurado poderá exigir revisão do prêmio, ou a resolução do contrato.*

d) **Art. 772.** *A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios.*

e) **Art. 774.** *A recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo, mediante expressa cláusula contratual, não poderá operar mais de uma vez.*

f) **Art. 775.** *Os agentes autorizados do segurador presumem-se seus representantes para todos os atos relativos aos contratos que agenciarem.*

g) **Art. 783.** *Salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha, acarreta a redução proporcional da indenização. no caso de sinistro parcial*

h) **Art. 786.** *Paga a indenização, o segurador sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano.*

**§ 1º** *Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do segurado, seus descendentes ou ascendentes, consangüíneos ou afins.*

**§ 2º** *E ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este artigo.*

i) **Art. 787.** *No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.*

**§ 1º** *Tão logo saiba o segurado das conseqüências de ato seu, suscetível de lhe acarretar a responsabilidade incluída na garantia, comunicará o fato ao segurador.*

**§ 2º** *E defeso ao segurado reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, bem como transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, sem anuência expressa do segurador.*

**§ 3º** *Intentada a ação contra o segurado, dará este ciência da lide ao segurador.*

**§ 4º** *Subsistirá a responsabilidade do segurado perante o terceiro, se o segurador for insolvente.*

j) **Art. 788.** *Nos seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios, a indenização por sinistro será paga pelo segurador diretamente ao terceiro prejudicado.*

**Parágrafo único.** *Demandado em ação direta pela vítima do dano. o segurador não poderá opor a exceção de contrato não cumprido pelo segurado, sem promover a citação deste para integrar o contraditório.*

Os dez artigos acima mencionados modificaram substancialmente, a estrutura jurídica do contrato de seguro de dano em nosso ordenamento de direito. Urge uma conscientização no sentido de interpretá-los e aplicá-los de modo uniforme, em homenagem à segurança jurídica.

## **8 MANIFESTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO STJ APÓS A VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002**

Registramos, a seguir, algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça, após a vigência do Código Civil de 2002. Lembramos que, em algumas, há vinculações com o Código Civil de 1916. Outras estão inspiradas no formato do Código Civil de 2002 para o negócio jurídico bilateral denominado de seguro.

Eis a ementa de alguns julgadores:

a) REsp. 613.397/MG – 3ª T. – Rel. Min. Humberto Gomes de Barros – DJ 09.10.2006, p. 885:

**Seguro. Veículo de carga. Exclusão dos riscos decorrentes de operação de carga e descarga. Impossibilidade.**

*– É nula a cláusula do contrato de seguro que - cobrindo o transporte de cargas - exclui da cobertura as operações de carga e descarga. (CDC-Art.51, IV e § 1º)*

b) REsp. 831.952/SP – 4ª T. – Rel. Min. Jorge Scartezini – DJ 06.11.2006, p. 340:

**Recurso especial. Processual civil. Cobrança de prêmio. Seguro. Via executiva. Possibilidade. Recurso provido.**

*1 – Esta Corte, em diversas ocasiões, afirmou que a cobrança de prêmios relativos a contrato de seguro é passível de processar-se pela forma executiva. Precedentes.*

*2 – Recurso conhecido e provido para, afastando a extinção do processo, determinar o exame de mérito do recurso de apelação.*

c) REsp. 814.127/PR – 4ª T. – Rel. Min. Jorge Scartezzini – DJ05.02.2007, p. 255:

**Recurso especial. Civil. Contrato de seguro de vida. Atraso no pagamento de uma única parcela. Cancelamento automático do seguro. Impossibilidade.**

*1 – Consoante entendimento desta Corte, "O simples atraso no pagamento de uma das parcelas do prêmio não se equipara ao inadimplemento total da obrigação do segurado e, assim, não confere à seguradora o direito de descumprir sua obrigação principal". (REsp. 293.722/SP - Rel. Min. Nancy Andrighi - DJ 28.05.2001)*

*2 – Recurso não conhecido.*

d) AgRg no Ag 606.454/RS – 4ª T. – Rel. Min. Massami Uyeda – DJ 26.02.2007, p. 595:

**Agravo regimental em agravo de instrumento. Contrato de seguro de vida. Suspensão unilateral. Cláusula de cancelamento automático. Abusividade. Incidência da Súmula 83/STJ. Necessidade de análise de cláusula contratual e do contexto fático-probatório. Óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Recurso improvido.**

e) REsp. 821.506/RJ – 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJ 07.12.2006, p. 588:

**Indenização. Cabimento do pagamento do seguro. Recusa injustificada do pagamento durante severa lesão coberta pelo seguro. Dano moral. Juros moratórios. Multa do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Precedentes da Corte.**

*1. Não há fundamento para aplicação da multa do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil diante de embargos de declaração interpostos com o fim de aclarar julgado obviando eventual dificuldade cm torno do pré-questionamento.*

*2. Os juros moratórios, como assentado na jurisprudência da Terceira Turma, são de 0,5% ao mês até a entrada do novo Código, quando passa a aplicar-se o respectivo art. 406.*

*3. Tratando-se de responsabilidade contratual, os juros moratórios correm da citação.*

*4. Diante da peculiaridade da espécie, sendo a recusa do pagamento do seguro em momento de extrema fragilidade, necessária a cobertura para o pagamento da terapia em curso, fator de angustia, sofrimento e dor, a acrescer o padecimento da vítima em seu mais íntimo sentimento.*

*5. Os honorários fixados nos termos do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil não ensejam recurso especial.*

*6. O valor do dano moral só deve ser revisto quando exagerado, abusivo ou ínfimo, o que não ocorre neste caso.*

*7. Recurso especial conhecido e provido, em parte.*

f) REsp. 769.950/RO – 4ª T. – Rel Min. Aldir Passarinho – DJU 05.03.2007, p. 291:

**Civil. Processo civil. Seguro de veículo. Execução contra o causador do dano. Perda total. Conserto do bem pela seguradora e venda a terceiro. Embargos à execução. Compensação. CPC, art. 741, VI. Inadmissibilidade.**

*I. O pretense crédito decorrente do efetivo custo de reparo do veículo sinistrado, que voltou à circulação, poderá ser mensurado em processo futuro, mas atualmente carece de liquidez e exigibilidade necessários para permitir, no âmbito do processo executivo contra o devedor, a compensação, conforme dispõe o art. 741, VI, combinado com o art. 369 do Código Civil (antigo art. 1.010 do Código de 1916).*

*II. Recurso especial não conhecido.*

g) AgRg no Ag 320.790/MG – 4ª T. – Rel. Min. Massami Uyeda – DJ 05.03.2007, p. 288:

**Agravo regimental. Agravo de instrumento. Juízo de admissibilidade. Incursão no mérito. Possibilidade. Contrato de seguro. Cobertura. Prova. Laudo pericial. Entendimento obtido da análise do conjunto fático-probatório. Reexame de provas. Impossibilidade. Aplicação da Súmula 7/STJ. Agravo improvido.**

h) REsp. 712.442/DF – 2ª T. – Rel. Min. Humberto Martins – DJ 09.03.2007:

**Civil, administrativo e processo civil. Ação de indenização de seguro de vida em grupo. Benefício cabível em razão de falecimento de segurado. Arts. 178, § 6º, 11; 1.443; 1.444 e 1.460 do CC/1916. RFFSA. Substituição processual pela União. Prescrição. Termo *a quo*. Causa de suspensão do prazo prescricional. Alegação de má-fé do segurado. Doença pré-existente. Matérias fáticas. Súmula 07/STJ. Interpretação de cláusulas de contrato de seguro. Súmula 05/STJ.**

*1. Por força da MP 353, de 22.01.2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da RFFSA, bem como do art. 3º, I, do Decreto 6.018/07, que veio regulamentar a MP em comento, a União é substituta processual da RFFSA; razão pela qual o julgamento do feito é da atribuição da Primeira Seção do STJ.*

*2. Impossível discutir, na via estreita do recurso especial, controvérsias sobre o termo inicial para a contagem do prazo prescricional e termos existentes para sua suspensão. óbice indicado no Enunciado 07 da Súmula do STJ.*

*3. Segue a mesma sorte a alegação de violação dos arts. 1.434, 1.443, 1.444 e 1.460 do CC/1916, pois não há, diante da controvérsia dos fatos, como pretender, em sede de recurso especial, a revisão de fatos e interpretação de cláusula do contrato de seguro, para saber se usou ou não de má-fé o beneficiário, ou se era ou não a doença que o acometia, preexistente à contratação. Incidência do Enunciado 05 da Súmula do STJ.*

4. *Entender de modo diverso é o mesmo que servir este Tribunal de terceira instância recursal para a reanálise da matéria fática, o que desborda dos estritos limites constitucionalmente impostos no art. 105, III, "a", da CF.*

*Recurso especial não-conhecido.*

i) REsp. 777.974/MG – 3ª T. - Rel. Min. Castro Filho - DJ 12.03.2007, p. 228:

**Seguro de vida. Doença preexistente. Exames prévios. Ausência. Inoponibilidade.**

*Conforme entendimento pacificado desta Corte, a seguradora, ao receber o pagamento do prêmio e concretizar o seguro, sem exigir exames prévios, responde pelo risco assumido, não podendo esquivar-se do pagamento da indenização, sob a alegação de doença preexistente, salvo se comprove a deliberada má-fé do segurado.*

*Recurso provido.*

j) Súmulas do STJ sobre seguro:

**Súmula 257** – *A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.*

**Súmula 246** – *O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.*

**Súmula 61** – *O seguro de vida cobre o suicídio não premeditado.*

**Súmula 31** – *A aquisição, pelo segurado, de mais de um imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, situado na mesma localidade, não exime a seguradora da obrigação de pagamento dos seguros.*

## 9 CONCLUSÃO

O jurista do século XXI há de se conscientizar das intensas transformações que estão ocorrendo no ordenamento jurídico em geral; especialmente, no Brasil.

No referente ao Código Civil de 2002, com absoluta razão, Judith Martins Costa (**III Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho**, obra coletiva publicada pelo Instituto Brasileiro de Seguro, p. 91) ao afirmar que

*... a maior novidade do novo Código Civil – o que verdadeiramente possui de significativo – é a introdução de uma nova metodologia na aplicação do Direito. Nessa, as normas devem ser vistas como ponto de partida – e não como ponto de chegada – à atividade do intérprete, tendo exponencial importância a ligação intersistemática com outras normas do sistema, seja a Constituição, seja o Código de Defesa do Consumidor (que inicia sempre que o segurado possa ser qualificado como consumidor, nos termos do art. 2º da Lei 8.078/90), sejam as leis que estabelecem tipos especiais de seguros, pois a natureza dos riscos cobertos, tendo em conta o ramo de seguro estabelecido, tem importância para o estabelecimento, concreto, do que seja a conduta seguindo a boa-fé (p. 91).*

Nesse contexto interpretativo aplicado às normas do Código Civil de 2002, devemos sempre considerar os postulados que inspiraram as regras sistematizadas pelo legislador:

- a) a função social do contrato;
- b) o apego à boa-fé e à probidade;
- c) a vinculação à atividade;
- d) os efeitos de praticidade e de operosidade.

É de ser sempre lembrada a lição de Mauro Cappelletti<sup>2</sup>:

*Ninguém, muito menos, o jurista, pode se subtrair ao peso da cruz que recai sobre cada ser humano, furtando-se à difícil responsabilidade de opções, críticas e lutas para resolver os problemas e as dificuldades que, dia após dia, afligem nossa vida, na qual nada está rigidamente predeterminado.*

---

<sup>2</sup> CAPPELLETTI, Mauro. Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas. In: O problema civil contemporâneo. Curitiba: Juruá, 1994. p. 30.



*Por isso, cabe a cada um de nós, advogados, juristas, o dever de agir de maneira que nos parecer mais justa, ainda que cometendo erros, que deverão ser progressivamente depurados, através do método **trial and error**, provando e reprovando.*

Devemos, portanto, não temer a abertura de diálogos sobre as novas entidades jurídicas que estão surgindo em nosso ordenamento de direito. A prática constante da dialética aprimora o conhecimento. No campo do direito de seguro, pela importância que os efeitos produzem quando as suas regras positivas são estudadas e compreendidas, o nosso agir, provocando, ouvindo e firmando conclusões, conduz a um patamar revertido de segurança e confiabilidade, especialmente, quando defendemos que toda lei há de ser considerada, entendida e aplicada para valorizar a dignidade humana e celebrar a cidadania (CF, art. 1º incs. II e III).